

A PANDEMIA, O FASCÍNIO DA PALAVRA E A POLITIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Jairo Bisol¹

Os homens brigam com mais
frequência por palavras.
É por palavras que eles matam
e se fazem matar de preferência.
Anatole France (O manequim de vime)

Na Grécia arcaica, antes de a hélade apropriar-se do alfabeto dos fenícios e inventar a razão filosófica e a democracia, os mitos eram transmitidos de geração a geração pela tradição oral. Nessa época remota, as autoridades das narrativas mítico-religiosas exerciam o que os historiadores chamaram de **fascínio da palavra**. Os profetas nos seus vaticínios, os poetas em suas epopeias e os reis de justiça nos julgamentos de ordália, quando proferiam tais discursos, já pelo simples fato de estar falando, diziam a verdade: vinda por meio deles, a palavra era de origem divina e, portanto, carregada de força demiúrgica: não designava; criava mundo! Era “coisa entre as coisas”, realidade que se confundia com o próprio ser físico e natural. Com o advento da escrita alfabética, a laicização da palavra propiciou, de um lado, o florescimento da razão filosófica e, de outro, a invenção da democracia: a palavra leiga, não mais confundida com a realidade, passou a submeter-se aos critérios disjuntivos da verdade e da falsidade impostos pela razão epistêmica. De igual modo, fez vicejar os procedimentos dialógicos e argumentativos pela razão prudencial, atributos típicos das assembleias deliberativas no trato das opiniões. Aprendemos a diferenciar verdades racionais e opiniões, bem como a lidar com ambas. Com a palavra leiga, aprendemos também a estabelecer a diferença entre a função comunicativa e papel ficcionalizante da língua, separando razão e mito. Democratizando-se a palavra, enfim, democratizou-se o poder.

1 Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, titular da 1º Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, Membro Auxiliar da Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor Universitário.

Parece fantástico, até mesmo inconcebível, à razão científica moderna um mundo regido pelo **fascínio da palavra**, onde as pessoas, no êxtase do encantamento mítico, identificam, imediata e ingenuamente, o discurso com a realidade, a palavra com a verdade. No entanto, os homens científicos, tecnológicos e midiáticos da atualidade, mesmo os mais escolarizados, não estão muito distantes dessas armadilhas. É como se habitássemos um admirável mundo novo onde se consome, com renitente desvario, tudo o que é divulgado pela mídia tradicional e, de modo mais recente e especialmente intenso, pelas mídias sociais. Derramamos uma estranha fé sobre esses discursos, um ardor semelhante ao dos gregos arcaicos auscultando seus oráculos, confundindo a vida com a palavra pelo simples fato de ela ter sido... publicada. Isso tudo empresta aos oráculos deste mundo marcado pelo triunfo das narrativas sobre os fatos – e daí ter recebido o epíteto de sociedade da pós-verdade – o *status* de verbo dotado de força demiúrgica. Essas narrativas habilmente forjadas fabricam paraísos e trevas conforme a “vontade sagrada” de seus autores, cuja “vocaç  o  tica”   quase sempre redutível a um campo minado de interesses políticos e ideológicos.

Numa época em que o termo *pós-verdade*, recém-chegado ao léxico, recebe o título de palavra do ano², parece que da verdade restou apenas um conceito e um compromisso obsoletos e desimportantes. Fatos objetivos e verificáveis são menos formadores de opinião pública do que apelos patéticos dirigidos a valores e crenças pessoais. Em outras palavras, no mundo da pós-verdade, as notícias e informações são veiculadas, assimiladas e espalhadas não conforme um critério de verdade, mas de acordo com identidades afetivas e/ou ideológicas, ou seja, pela sua adequação a crenças e valores do interlocutor. Segundo Boudon, estamos diante de uma nova racionalidade instrumental, pragmatista e utilitarista, uma racionalidade que vem reconfigurando radicalmente a cognição e a retórica dos atores sociais³. Vivemos num mundo deselegante desde suas

2 Em 2016, a Oxford Dictionaries, departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, elegeu o vocábulo “**pós-verdade**” como a **palavra do ano** na língua inglesa.

3 BOUDON, Raymond. **Crer e saber**: pensar o político, o moral e o religioso. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

entranhas mais recônditas. Refiro-me ao conceito de elegância de Honoré de Balzac: “*Elegante é parecer ser o que se é*”⁴.

Por certo o conceito de pós-verdade não é redutível ao fenômeno das *fake news*, mas, entre as suas manifestações, talvez seja a forma mais plena e acabada. O discurso das *fake news* implica, de um modo geral, omitirmos a fonte real da informação e suspendermos a sua devida fundamentação e verificação, visando afetar o interlocutor emotivamente em relação a determinados fatos e leituras do mundo. Ele opera com eficácia máxima quando disseminado em grupos previamente articulados por uma ideologia capaz de programar o agir discursivo de seus integrantes. Sua estratégia, via de regra, consiste em desinformar intencionalmente para obter vantagem política. No entanto, Dunker⁵ observa que, mais do que veicular diretamente a falsa informação, por vezes a pós-verdade consiste em uma combinação calculada de informações e leituras plausíveis da realidade com elementos de tal modo articulados que, no seu efeito final, resulta numa combinação absolutamente falsa e interesseira.

A pós-verdade resulta de uma atitude negacionista da ciência e das instituições públicas, especialmente as democráticas. O amplo acesso a uma fonte e a um veículo de informações altamente tecnológico e inovador bem como o advento das redes sociais na internet são eventos que desenharam o horizonte das pós-verdades. O usuário da rede, diante de um mar de informações muitas vezes desconexas, elege como verdade aquilo que reforça suas crenças e ideologias. É nesse ambiente criado pelas novas tecnologias de comunicação que ele seleciona e faz ecoar as notícias que melhor se ajustam às suas verdades subjetivas preconcebidas. Antes de informação, o que ele busca e pratica nessas redes sociais é um jogo de comprovação de pontos de vista ideológicos, consolidando narrativas que não representam a realidade. Um discurso que busque a objetividade ou apele para os fatos verificáveis ou verificados é menos persuasivo nas redes sociais do que os construídos com argumentos voltados para o emocional e para as paixões ideológicas do auditório. Os usuários das redes sociais parecem mais preocupados em encontrar parceiros que compartilhem suas crenças e opiniões do que propriamente buscar a verificação e o

4 BALZAC, Honoré de. **Tratado da vida elegante**: ensaios sobre a moda e a mesa. São Paulo: Editora Peguin-Companhia, 2016.

5 DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian et al. Ética e pós-verdade. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense, 2017.

aperfeiçoamento de suas ideias; manifestam aversão por toda opinião contrária e descaso pela pesquisa.

“As redes sociais deram voz a uma legião de imbecis”, acusou duramente o escritor, filósofo e semiólogo italiano Umberto Eco, alertando o mundo para as consequências das novas tecnologias de comunicação no processo de difusão do conhecimento e da informação. “Antes falavam apenas em um bar, depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”, selou o pensador num evento na Universidade de Turim, onde foi agraciado com o título de doutor *honoris causa* em comunicação e cultura. Num mundo marcado pelas tecnologias de comunicação de massa e pelo acesso ilimitado a um mar de informações de qualidade e veracidade duvidosas, os argumentos patéticos mostram sua força contra os argumentos lógicos e éticos. A ignorância – por ignorar também a si mesmo – impõe-se sobre o conhecimento, fazendo ecoar às avessas a máxima socrática, metamorfoseada num arrogante “eu sei que tudo sei”!

Esse triunfo do *pathos* sobre o *logos* faz sucumbir o nosso compromisso com a verdade. O mundo resumido quase que exclusivamente a uma insana guerra de narrativas, ora subvertendo e truncando a verdade, ora acrescentando adminículos maldosos, via de regra trabalhando com a mais fulminante e hipócrita arma que um (de)formador de opiniões pode dispor: as meias verdades. ***Verita est indivisa, et quod non est plene verum, non est semiplene verum, sed plene falsum***, diziam os jurisconsultos romanos. Pelo menos desde Roma Antiga sabemos que as meias verdades promovem as maiores mentiras. São mentiras que tomam emprestado o cheiro da verdade dos pedaços que arrancam impunes da realidade por elas mutilada. Os operadores das *fake news* parecem não se incomodar com a imoralidade pestilenta desse estratagema: sua intenção é **fazer política com informação, ao invés de fazer informação política** como exige a ética da informação e da comunicação social. A má-fé, movida por interesses escusos e politiqueiros, não tem limites nem escrúpulos.

AS TENSÕES ENTRE POLÍTICA E CIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Para além de sua função natural de produzir conhecimento, durante a pandemia da Covid-19, os cientistas vêm se dedicado intensamente em

promover esclarecimentos à população mundial, fornecendo inúmeros dados, estatísticas, análises, informações e descobertas que nos oferecem uma visão geral da pandemia e de como agirmos diante dela. De igual modo, milhares de cientistas têm atuado ao redor do mundo em laboratórios financiados pelos governos e pela indústria farmacêutica, sem medir esforços, para identificar quais remédios são potencialmente eficazes no tratamento da doença, sequenciando o genoma do coronavírus e pesquisando uma vacina em tempo recorde.

Essa busca pelo tratamento da Covid-19 tem exigido uma nova atitude diante do conhecimento adquirido nas pesquisas em curso, impondo sua imediata publicação em veículos abertos e acessíveis a todos, de modo a compartilhar dados e descobertas com a comunidade científica mundial e a acelerar os avanços do conhecimento do vírus e do desenvolvimento de fármacos e de estratégias terapêuticas, bem como disponibilizar todas essas informações para a opinião pública. Mas há uma legião de vozes atuantes atrapalhando sistemática e articuladamente essa dinâmica, valendo-se de linguagens e de estratégias comunicativas que instauram a dúvida e a confusão, na contramão do imenso esforço pela transparência e pela verdade. Tratam-se de disputas ideológicas apaixonadas e de embates político-eleitorais que contestam as informações científicas e embaralham seus dados, confundindo a opinião pública. A manipulação da verdade por interesses econômicos, políticos e ideológicos é a marca registrada da sociedade da pós-verdade.

A toda evidência, os debates em torno da Covid-19, envolvendo origem do agente patógeno, estratégias de confinamento, vacinas, medicamentos e abordagens terapêuticas, deixaram e ainda deixam exalar miasmas característicos dos círculos infernais das manipulações políticas típicas de uma sociedade da pós-verdade, com suas *fake news* e outros abismos dantescos esculpidos pelas novas possibilidades tecnológicas de comunicação em massa, marcadas pela falta de ética na informação e pelo descompromisso com a verdade.

Uma simples descontextualização da verdade científica, ou mesmo a omissão de algum dado ou aspecto relevante, imperceptível ao leigo, é suficiente para distorcer a verdade e colocá-la a serviço de interesses escusos. O uso reiterado de estratégias como essa, via de regra por interesses políticos ou econômicos, coloca a ciência em campos de batalhas

ideológicas que acabam envolvendo setores da própria comunidade científica. De indispensável ferramenta de suporte das decisões, a ciência vai se transformando por vezes num entrave. As disputas internas na própria comunidade científica vai minando a confiança da sociedade nos resultados de suas e pesquisas.

Política e ciência nunca andaram exatamente de mãos dadas. Utilizam procedimentos e perseguem finalidades aparentemente inconciliáveis. A política lança mão das estratégias de poder, cuja lógica apontada desde a filosofia platônica⁶ é a das invisibilidades e da dissimulação; a ciência persegue a verdade objetiva, o esclarecimento, o que pressupõe um caminho de máxima neutralidade política. Mas a política, em face da busca de neutralidade da ciência e de seu caráter instrumental, não apenas se vale das verdades científicas que lhe interessam, como também coopta setores da comunidade científica quando lhe convém.

As relações entre ciência e política variaram intensamente – e ainda têm variado – durante a atual epidemia da Covid-19, especialmente em virtude de muitas variáveis: de país para país, de acordo com maior ou menor avanço cultural, político e científico, de acordo com as estratégias políticas em curso segundo o calendário eleitoral e, por último, de acordo com o avanço mundial dos conhecimentos científicos e dos consensos daí decorrentes, entre outras motivações.

A Alemanha da elogiada primeira-ministra e cientista Merkel, por sua condução da epidemia, hoje amarga críticas e resistência às medidas de contenção social tomadas alegadamente por excessivo apego às determinações da ciência. Manifestantes contra as estratégias de contenção social adotadas pelo governo, em um ato público contra a “tirania dos médicos”, identificaram-se como “pensadores livres” e pediram a saída de Merkel. Ativistas antivacinas, defensores do terraplanismo e simpatizantes de teorias conspiratórias, entre outros grupos e ideologias radicais, reuniram-se dando ao evento o epíteto de “festival de liberdade e paz”. “Verdades” sem o menor fundamento se disseminam e consolidam nas redes sociais com espantosa rapidez. Descompromissada com os critérios de veracidade e objetividade, a opinião pessoal se fantasia de autoridade e a tudo permite.

6 PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

Daí não se estranhar, nos dias de hoje, o surgimento de uma militância contra o conhecimento. Esse movimento parece defender desavergonhadamente a tese de que a verdade se constrói coletivamente com a invenção dos fatos. Uma versão tecnológica e midiática da velha máxima segundo a qual uma mentira repetida mil vezes torna-se uma verdade. Com essas estratégias nada éticas, mas de grande eficácia, o mundo da pós-verdade vem combatendo a ciência. O obscurantismo crescente se manifesta em movimentos mundiais como o citado “terraplanismo”, capaz de negar todo o conhecimento físico e astronômico acumulado por séculos e de tachar de fraudulentas centenas de milhares de imagens fotográficas e de vídeos veiculados a partir do início da corrida espacial. Muito mais grave e com resultados práticos perniciosos são os ataques do movimento contra as vacinas, responsável pelo boicote sistemático de campanhas de imunização e pelo retorno de doenças praticamente erradicadas, como o sarampo e a catapora.

Em que pese o avanço do obscurantismo nesse mundo das pós-verdades, alguns especialistas em políticas públicas de saúde sustentaram que a orientação científica deveria ser priorizada em todas as decisões políticas⁷. Por certo as razões da ciência devem estar em lugar de destaque na tomada das decisões políticas. Mas não devemos esquecer que a ciência se define pelos recortes que promove na realidade e que a política responde pela realidade social praticamente em sua totalidade. Portanto, as verdades científicas oferecem apenas elementos parciais para a tomada de decisão.

Aliás, nos Estados Unidos foram públicas as tensões entre políticos republicanos e cientistas. Essas disputas em torno dos fundamentos para as decisões de confinamento, de um lado, e dos impactos econômicos com o fechamento de empresas e a perda de empregos, de outro, tomaram lugar num embate maior, certamente pautado pelas eleições presidenciais de novembro. Nesse contexto, o presidente Donald Trump foi orientado pelo

7 ESTADO DE MINAS INTERNACIONAL. **O difícil equilíbrio entre ciência e política em tempos de coronavírus.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/05/01/interna_internacional,1143594/o-dificil-equilibrio-entre-ciencia-e-politica-em-tempos-de-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.

imunologista Anthony Fauci, seu conselheiro científico, a mudar o tom de suas declarações, especialmente suas manifestações anticonfinamento⁸.

Muitos países criaram comitês científicos de assessoramento aos seus governos na gestão da pandemia. Uma decisão acertada. Com o mundo tomado pela incerteza e pela angústia, parecia caber à ciência apontar os caminhos que deveríamos seguir, dando respostas à imensa demanda de tomadas de decisões imediatas que o avanço da pandemia exigia. Mas à política em geral pareceu mais importante manipular os dados que a ciência produzia, os conhecimentos do patógeno que ela foi construindo, cooptando segmentos da comunidade científica para uma guerra de posições ideológicas. Ademais, não devemos olvidar que tais comitês e seus cientistas, quando atuaram de forma livre e neutra, ofereceram apenas um conjunto de verdades verificadas, mais ou menos úteis para a tomada de decisão. Ao fim e ao cabo, são os políticos que respondem pelas decisões. E como bem observou Carvalho, chefe do Departamento de Filosofia da UFRGS, uma sociedade que perde a confiança na capacidade de conhecer a realidade é uma sociedade que se aliena e se torna extremamente vulnerável à fragmentação.⁹

CRÍTICA À UNIVERSALIZAÇÃO DA RAZÃO INSTRUMENTAL

A política, tal como o direito, desde tempos imemoriais foi exercida como atividade prudencial, um labor de natureza decisória cuja qualidade acaba dependendo, em grande medida, das virtudes de quem o pratica. Foi a modernidade que, ao pretender construir um mundo sobre bases de uma racionalidade instrumental, plantou a ideia de uma “ciência política” e uma “ciência do direito”, de modo a retirá-las do âmbito da razão prática (campo da filosofia da ação, do pensamento tópico-retórico e argumentativo, que trabalha com *opinião*, *persuasão* e *decisão*) e submetê-las aos ofícios da razão pura (campo da filosofia do pensamento, em que a ciência se constrói com absoluto rigor lógico e epistemológico, sobre as bases de um pensamento sistemático e analítico que persegue a *verdade objetiva*, a evidência). O declínio do pensamento político clássico,

8 ESTADO DE MINAS INTERNACIONAL. Op. Cit.

9 CARVALHO, Eros Moreira de. **Por que confiar na Ciência**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/por-que-confiar-na-ciencia/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

de matriz aristotélica, deu lugar à modernidade e sua “ciência da política”, cujos fundamentos foram firmados por Hobbes.

Por certo, a razão instrumental da ciência produziu – e ainda produzirá por muito tempo – resultados admiráveis no âmbito da evolução tecnológica da civilização humana. Ela articula maravilhosamente as ciências exatas e as ciências empíricas com a *techne*. O problema se inicia com os esforços de extensão dos seus métodos e paradigmas teóricos para o campo das emergentes “ciências humanas”. Do universo conhecido, o humano é o único objeto que não se move pela lógica da causalidade: o homem é dotado de livre arbítrio, o que impõe ao seu estudo o enfrentamento de imprevisibilidades e todo o tipo de complexidades daí decorrentes, mesmo que relativizadas por abordagens como a da antropologia estruturalista, entre outras.

Não se trata de impor limites à razão instrumental por sermos contrários ao desenvolvimento técnico-científico da humanidade. O que não se pode fazer impunemente é tentar reduzir a práxis à *techne*, retê-la no interior dos sistemas conceituais e domesticá-la nos limites tautológicos do raciocínio silogístico, como pretenderam, a título de exemplo, os juristas modernos com a figura do silogismo judicial como natureza do raciocínio jurídico-decisório, da decisão judicial. Uma decisão silogística, bem observado, é uma contradição em termos: ou é decisão, e não é silogismo, ou é silogismo e não há decisão alguma. *Tercius non datur*. Em outras palavras, é impossível decidir por atos de mera cognição.

Sem dúvida é necessário delimitar o espaço legítimo para o pensamento conduzido pela razão instrumental, estratégico para a reprodução material e para evolução tecnológica da sociedade, mas impotente para construir isoladamente decisões políticas e judiciais. O excessivo apego à filosofia da consciência e à razão instrumental, estendendo a ação racional teleológica das ciências empíricas às esferas de decisão jurídica, política e econômica, nos conduz aos caminhos da tecnocracia e suas estruturas burocráticas infernais, na contramão das lutas emancipatórias da humanidade. Isso não quer dizer que a razão instrumental da ciência não tem nenhuma relação com a *práxis*, ou seja, nenhuma contribuição a dar para a razão prática e suas atividades decisórias. De toda sorte, não devemos cair no extremo de propor

uma sociedade governada por cientistas, ou mesmo a condução do enfrentamento de uma pandemia por um governo de médicos.

O enfrentamento de uma pandemia provocada por um patógeno até então desconhecido certamente requer o suporte da ciência, único meio capaz de oferecer respostas seguras indispensáveis ao controle da epidemia, tais como a dinâmica da doença e de sua transmissão, visando diminuir os impactos na saúde da população e minimizar os efeitos negativos na economia. Mas é preciso ter em conta que tais respostas servirão apenas como suporte para a tomada de decisão.

CIÊNCIA E DECISÃO

Toda decisão pressupõe a capacidade de julgar a realidade para se poder mapear as possibilidades comportamentais e proceder a escolha ao fim e ao cabo. Em certa medida, a razão instrumental precede a razão prática no exercício do livre arbítrio. O problema surge quando analisamos qual realidade estamos julgando para tomar a decisão: a atividade humana ou os fenômenos naturais? A razão instrumental das ciências empírico-indutivas está preparada para julgar o mundo natural regido pela causalidade e pela previsibilidade daí decorrente, sendo capaz de produzir verdades verificáveis. O mundo humano pressupõe uma atitude compreensiva da razão para ser desvendado, e as verdades reveladas acabam sempre carregando elementos subjetivos do observador, afastando-se de noções como as de evidência e de indiscutibilidade. Portanto, a resposta a essa pergunta irá determinar em grande medida o peso das verdades científicas nas decisões tomadas pelas autoridades públicas, sejam elas políticas, jurídicas ou econômicas.

De qualquer modo, ainda que a razão instrumental das ciências empíricas e a razão compreensiva das ciências humanas deem luzes para a tomada de decisão ao esclarecer a realidade sobre a qual a decisão será tomada, trata-se de um procedimento prévio, certamente importante para a qualidade da decisão, mas não determinante da decisão em si. Esta ainda terá de ser tomada e pressupõe um ato de vontade. Essa responsabilidade é titularizada pelos políticos, pelos juristas e pelos economistas.

Ademais, há um instigante paradoxo por trás de uma teoria da decisão que nunca deve ser desprezado: bem observado, toda decisão

pressupõe a indecidibilidade. A tomada de decisão é uma espécie de vetor oposto à especulação filosófica. Esta última amplia progressivamente as possibilidades hermenêuticas da realidade, multiplicando dúvidas apesar de qualificar o olhar e a compreensão do mundo. A capacitação do nosso olhar sobre o mundo nos torna conscientes dos nossos limites e da nossa ignorância. Em certa medida, conhecer é multiplicar dúvidas, e não certezas. A certeza é um atributo da ignorância. A tomada de decisão segue o caminho oposto, afastando progressivamente as dúvidas, eliminando-as por escolhas de risco até restar em nosso horizonte apenas um caminho possível. Por isso decidir implica assumir riscos. Sua lógica, como aponta a sabedoria popular, consiste em não olhar para trás.

A ciência não cumpre o papel de tomada de decisões, mas seus conhecimentos não apenas são estratégicos para os que detém essa atribuição como também servem de importante critério de medida e definição das responsabilidades do órgão decididor pelas instâncias de controle. A decisão pressupõe mais do que dados, estatísticas e outras verdades objetivas do conhecimento científico. Implica em operar escolhas entre valores e interesses distintos e por vezes conflitantes, conduzir negociações e mediações, promover articulações de consensos, acordos e outras estratégias de natureza política.

Ademais, a suposta neutralidade da ciência deve ser relativizada, não se traduzindo num árbitro neutro um tipo de conhecimento que também é produzido em cima de certas escolhas e de certos valores. Além do que, a ciência ainda é muito determinada por rigoroso recorte do objeto, o que lhe empresta um perfil excessivamente disciplinar. O mundo, especialmente o humano, é complexo e exige um olhar multidisciplinar, ou mesmo transdisciplinar. Exige também o uso do saber prático, de toda experiência colhida e acumulada. Decidir exige prudência.

Não por outro motivo, o jurista também trabalha com a força demiúrgica das palavras, inventando destinos em suas decisões judiciais, urdindo mundos. O poder das redes sociais e da mídia consiste em imiscuir as funções ficcionalizante e informativa da língua para manipular a opinião pública e consolidar posições ideológicas. Assim, reconstrói verbalmente a realidade, descontextualizando fatos, omitindo aspectos importantes, inserindo detalhes, distorcendo a verdade. Nessa manipulação discursiva do mundo, modela consciências. O jurista, ao revés, trabalha com a

palavra já publicada sob a forma da lei. Seu poder consiste em fazer crer que as palavras da lei possuem um sentido único, apofântico, capaz de ser explicitado pelo manejo adequado do instrumental científico da hermenêutica jurídica que ele aprende nos bancos escolares. Reconstruindo o sentido das palavras da lei diante dos fatos judicializados, o jurista manipula seu poder discricionário inventando destinos e vida futura – muitas vezes embalado por motivos pouco transparentes, tais como os oráculos da mídia moderna. Se o poder da mídia reside na transformação da vida passada em palavras publicadas, o poder judicial consiste em transformar palavras publicadas em vida futura.

Supor que os dados e as informações da ciência resolvem os elementos necessários para a tomada de decisão traduz um ingênuo desconhecimento do jurídico, do econômico e do político. Não é aconselhável, nem eticamente sustentável, o decididor politizar ciência, escondendo-se por trás dela ao colocar sobre suas costas o peso da responsabilidade pela decisão. De igual modo, a ciência não tem o direito de arvorar-se como instância decididora. Sua atividade é meramente cognitiva. Esses equívocos têm nos levado à politização da ciência e à cientificização da política. Bem observado, as duas faces desse fenômeno implicam-se mutuamente. Os políticos buscam se livrar de suas responsabilidades sobre os conflitos de valores e interesses que agitam o tecido social ora manipulando as verdades científicas ao seu favor, ora cooptando setores da comunidade científica, ora vendendo a ciência como um árbitro neutro e capaz de decidir definitivamente o conflito. A ciência é conhecimento humano, limitada não apenas nas suas capacidades instrumentais como na própria possibilidade de articular o real na linguagem, ou seja, de produzir verdades socialmente neutras e objetivas.

Bem observado, os órgãos de controle também exercem o seu fascínio da palavra e politizam a ciência, sustentando sua retórica procedimental em cima de posições parciais e preliminares da ciência, especialmente as que melhor se ajustam à sua visão ideológica de mundo e a seus interesses processuais. Não se pode afirmar consenso onde ele não existe. E, quando não há consenso na ciência, não se pode também simplesmente pinçar de forma seletiva as posições que reforçam a narrativa ideológica que defendemos, como fazem os adeptos da pós-verdade em suas cruzadas ideológicas. Ademais, a existência de questões pendentes na investigação científica acaba alimentando dissensos entre especialistas e pesquisadores

e politizando mais ainda a ciência, numa espiral de irracionalidades. É o caso da Covid-19. Por se tratar de uma doença até então desconhecida, as lacunas de conhecimento e de verificação das conclusões ainda são imensas. Lidamos em grande parte com informações preliminares. A verdade científica se constrói com o tempo, pelo acúmulo de conhecimento. Toda pesquisa científica tem limitações, mas a gestão da pandemia exige a imediata tomada de decisões e cometimento de escolhas, ainda que com base nas poucas informações de que se dispõe.

Mesmo que o cidadão comum ainda exerça uma confiança habitual na ciência, a ocorrência de dissensos, especialmente quando o tema foi indevidamente politizado, confunde a opinião pública, desgasta a imagem da ciência e impede que a sociedade usufrua de possibilidades tecnológicas parcialmente desenvolvidas em questões urgentes e específicas.

Enfrentar esses desafios requer atuação em várias frentes de batalha. A comunidade científica precisa estar mais presente nos debates públicos para poder desmascarar estratégias de manipulação de suas pesquisas e descobertas. A política, por seu turno, deve concentrar-se em promover os debates democráticos e garantir legitimidade aos pactos e consensos em torno de prioridades e objetivos.

É preciso multiplicar as parcerias entre a comunidade científica e os tomadores de decisão, a partir de bases mais sólidas e mais transparentes. Para alcançarmos maior efetividade e êxito no enfrentamentos de desafios futuros, tal como o da atual pandemia de Covid-19, precisamos impedir os avanços da pós-verdade e seus apelos ao fascínio da palavra. Abraçar a luta pela transparência e pela verdade, que em termos de atividade pública é consagrada no princípio da publicidade. Afinal, a dissimulação é a lógica do poder e não da gestão. Definir com clareza o papel da ciência e protegê-la das manipulações politiqueras e dos interesses econômicos, fazendo-a atuar com o máximo rigor e neutralidade na produção do conhecimento. Enfim, lutarmos contra uma grande fonte de falsidades, de dissimulações e de mentiras da sociedade atual: a politização da verdade, cujo corolário mais danoso é a politização da ciência, em particular. Saber é poder; o que falta a este mundo é sabedoria. Se a verdadeira ciência ilumina os caminhos permitindo qualificar as nossas escolhas, é a sabedoria que aponta o caminho da luz na tomada de decisão.